

AO ILMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM – RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM, RS

M.M. COMISSÃO DE LICITAÇÃO

URGENTE!

Concorrência em 29/08/2023, às 13:30hrs

SÍNTESE: Impugnação. Concorrência Pública.

Edital. Restrição a competitividade. Dever de ofício de verificar restrições ao certame. Acórdão 7289/2022-Primeira Câmara/TCU. Exigência de Índices ou Capital Social Mínimo cumulada com Garantia Contratual. Súmula 275, TCU. Precedentes do TCE-RS. Exigência de índices financeiros sem justificativa técnica. .Súmula 289, TCU e Precedentes do TCE-RS.

Referência: Concorrência ° 007/2023

Processo 306/2023

Data: 21/07/2023 às 08:30 h

N. M. B. CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 37.406.334/0001-70, sito Rua Romeu Paiva, nº 156, Bairro Bela Vista, CEP 99.704-040, Erechim-RS, vem respeitosamente, por meio do seu advogado, infra assinado, com endereço profissional constante no rodapé desta, com fulcro no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93 e previsão do Edital, vem tempestivamente, apresentar,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face das seguintes irregularidades no Edital do Certame:

(i) exigência cumulativa de índices ou capital social com garantia contratual; (ii) exigência de índices financeiros sem justificativa técnica.

I - DA TEMPESTIVIDADE:

Trata-se de impugnação ao edital do certame, devidamente apresentada no prazo legal que antecede a abertura dos envelopes no certame.

Ainda, caso esta manifestação chegue após o horário de expediente, por analogia a situação, trago à baila, o entendimento do Ministro Bruno Dantas do TCU:

ACÓRDÃO 969/2022 - PLENÁRIO - RELATOR MIN. BRUNO DANTAS - Impugnação não se limita a horário de expediente.... "Além disso, fosse o envio realizado as 17:30 h (fim do expediente da entidade) ou as 23:59 h da data limite, o seu exame ficaria para o dia seguinte. Ou seja, a regra externa formalismo injustificado em prejuízo dos licitantes, razão por que deve ser revista na reedição do processo de contratação".

Além disso, é importante destacar a SÚMULA Nº 222 do TCU:

As Decisões do Tribunal de Contas da União, relativas à aplicação de normas gerais de licitação, sobre as quais cabe privativamente à União legislar, devem ser acatadas pelos administradores dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Por outro lado, se a comissão entende que o prazo desta manifestação ultrapassou as 24 horas do último dia de protocolo, invoco o direito de petição consagrado na nossa Carta Magna nos termos da alínea a, do inciso XXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

Portanto, a presente demanda é plenamente tempestiva, devendo ser recebida e apreciada.

II - DOS FATOS:

O Município de Campo Bom, RS, através da Concorrência nº 007/2023, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM RESPONSABILIDADE TÉCNICA, FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DA RUA COBERTA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, ESPECIFICAÇÕES, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, de acordo com o que se encontra definido nas especificações e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, diante da manifesta inclusão de condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, ante a AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA HÁBIL PARA OS ÍNDICES FINANCEIROS, bem como EXIGÊNCIA CUMULATIVA DE ÍNDICES DE SITUAÇÃO FINANCEIRA OU CAPITAL SOCIAL MÍNIMO E GARANTIAS CONTRATUAIS, com a consequente FLAGRANTE ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE DA EXIGÊNCIA IMPOSTA PARA A PARTICIPAÇÃO, se configurando as ilegalidades que visam unicamente restringir a ampla participação no certame, desconhecendo a motivação para a inclusão de tais exigências em desrespeito à jurisprudência do TCU e do TCE-RS, sem trazer qualquer justificativa hábil, como exigível.

III – DO MÉRITO:

O edital, por previsão legal, faz lei entre as partes, nele prevendo, além das disposições constantes da lei de licitações, diversos critérios de habilitação e julgamento, vinculando a ele não somente os licitantes interessados em contratar com a Administração, mas também a própria Administração que não poderá agir/julgar de modo diverso daquele expressamente previsto no Edital.

A observância a lei e ao instrumento convocatório é garantia, inclusive, da observância ao princípio da igualdade entre os licitantes.

Os licitantes interessados apresentam suas propostas com base na análise de todos os requisitos, exigências, detalhes previstos no edital, na intenção de verem-se vencedores do certame e contratarem com a Administração. Contudo, embora com maior ou menor liberdade possam ser fixados requisitos de participação. **Existem requisitos mínimos que devem ser exigidos e observados, a modalidade de licitação adotada pela Administração.**

Por outro lado, imperativo, a administração deve evitar consignar nos editais requisitos sem finalidade objetiva, confusos, contraditórios, truncados, anti-isonômicos, desnecessários e ou excessivos, que sirvam única e exclusivamente para causar incertezas aos licitantes e dificultarem ou frustrarem uma maior participação de interessados.

Ainda, os requisitos postos no edital tem a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa, como sendo aquela de menor preço e que reúna as condições mínimas de segurança para a administração.

III.1 – Do dever de revisão do Edital

Com vistas a evitar a alegação de qualquer vício para processamento da presente impugnação é necessário destacar que é dever do agente público realizar a revisão criteriosa do Edital.

Neste sentido é de se destacar recente posicionamento do TCU:

É dever do responsável por conduzir licitação no âmbito da Administração, a partir de impugnação ao edital apontando a existência de cláusulas restritivas à competitividade do certame, realizar a revisão criteriosa dessas cláusulas, ainda que a impugnação não seja conhecida. O agente público tem o dever de adotar providências de ofício com vistas à correção de eventuais ilegalidades que cheguem ao seu conhecimento.

Acórdão 7289/2022-Primeira Câmara | Relator: VITAL DO RÊGO

ÁREA: Licitação | TEMA: Edital de licitação | SUBTEMA: Impugnação

Outros indexadores: Comissão de licitação, Revisão de ofício, Restrição, Competitividade, Pregoeiro

Publicado:

- Informativo de Licitações e Contratos nº 447 de 01/11/2022
- Boletim de Jurisprudência nº 423 de 31/10/2022

Desta forma, qualquer alegação quanto a tempestividade ou a posição de licitante ou não da representante é irrelevante quanto as irregularidades que podem ser conhecidas de ofício.

II.II – Não aceitação de Patrimônio Líquido e exigência cumulativa de garantias

O edital em questão prevê nas Cláusulas 7.1.3.b a verificação da situação financeira através de índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Endividamento Total OU capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo no valor de 10% do valor estimado de contratação.

Porém, a redação do Edital induz a posterior exigência de garantias contratuais do §1º do art. 56 da Lei de Licitações, que trata da oferta de uma das modalidades de garantia: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, veja-se o disposto nos seguintes itens do Edital e da Minuta do Contrato:

12. DA GARANTIA CONTRATUAL 12.1. A licitante vencedora da licitação deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovante de prestação de garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após a publicação da súmula do Contrato, podendo optar por uma das modalidades abaixo:

- a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública, devendo essa última opção observar o inciso I do § 1º do artigo 56 da Lei nº 8.666/93, na redação dada pela Lei nº 11.079/2004;*
- b) seguro garantia;*
- c) fiança bancária.*

Neste sentido vê-se que o §2º do art. 31 da Lei de Licitações trata de alternativas para a garantia ao adimplemento e como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira, cuja melhor interpretação em consonância com o *caput* do dispositivo é a seguinte:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

*§ 2º **A Administração**, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, **poderá estabelecer**, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.*

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da

apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Veja-se que a norma é clara em dispor que a qualificação econômico-financeira é limitada na apresentação de balanço patrimonial, demonstrações contábeis com boa situação financeira; certidão negativa de falência e garantia de participação. **E só.**

Veja-se que o Município de Campo Bom ao interpretar o §2º do art. 31 da Lei de Licitações de que a escolha recai sobre a Administração Pública viola o disposto no inciso I do §1º do art. 3º do mesmo diploma que trata da vedação a admissão, incluir ou tolerar nos atos de convocação condições que comprometam, restrinjam ou frustem o caráter competitivo do certame.

Ora, a melhor interpretação que abarca a competitividade do §2º do art. 31 é permitir que os licitantes comprovem tais requisitos através de qualquer uma das modalidades ali previstas, sendo que a faculdade restringe-se a estabelecer ou não a exigência (do capital social ou patrimônio líquido ou garantia).

Neste sentido há inequívoca violação à Súmula nº 275 do TCU:

*SÚMULA TCU 275: Para fins de qualificação econômico-financeira, **a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa**, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.*

Acórdão 1321/2012-Plenário | Relator: VALMIR CAMPELO

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Garantia da proposta

Outros indexadores: Súmula, Capital social, Patrimônio líquido, Acumulação

É inequívoca a presença de exigência cumulativa de índices ou capital social mínimo e das garantias de adimplemento contratual, quando verifica-se os Cláusulas 7.1.3.b e 12.1 do Edital, colidindo-se diretamente com a vedação do TCU.

Nesta mesma linha, veja-se posicionamento do TCE-RS:

O item 2.4.1 – trata de irregularidades nos requisitos de habilitação econômico-financeira, consistente em exigência de endividamento inferior a 1,0, contrariando o limite aceito pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União. O Administrador questiona a validade do Acórdão nº 2.338/2006- Plenário, que define como indevida a exigência de grau de endividamento menor que 1,0. Porém, não traz aos autos estudo técnico ou evidenciação dos argumentos apresentados. O Ministério Público e a Instrução Técnica opinaram pela manutenção do apontamento. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL TRIBUNAL DE CONTAS GABINETE DO CONSELHEIRO PEDRO FIGUEIREDO Percebe-se que a adoção de índice mais restritivo do que o aceito pela jurisprudência do Colendo Tribunal de Contas da União constou no edital e no processo de licitação sem apresentação de justificativa técnica. Como bem alertado no Parecer Ministerial, a utilização de índices de capacidade financeira deve vir justificada no processo de licitação, em observância à Súmula TCU 289. Assim, mantenho o apontamento para que o Gestor observe os parâmetros jurisprudenciais ao retificar o instrumento convocatório ou elaborar novo edital. Quanto ao item 2.4.2 , a matéria foi examinada no despacho interlocutório que concedeu a cautelar. Tenho que a manifestação do Gestor não conseguiu afastar a vedação do artigo 5º, inciso I, da Lei Federal nº 10.520 de 2002 à exigência de garantia de proposta. Ademais, a acumulação de garantia de proposta com capital social mínimo não é aceita pela jurisprudência 2. Adoto como parte da fundamentação a Instrução Técnica e o Parecer Ministerial, ambos no sentido de serem indevidas as exigências do Item 7.5.3 do Edital. Logo, com fulcro na Súmula 275 do TCU, mantenho o apontamento. Examinando agora os itens referentes ao objeto e à modalidade de licitação. No Item 2.1 da Informação nº 17/2019, apontou-se a indevida aglutinação do objeto, o que restringiria a competitividade. 2 Súmula 275 do TCU: “Para fins de qualificação econômico-financeira, a Administração pode exigir das licitantes, de forma não cumulativa, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que

asseguem o adimplemento do contrato a ser celebrado, no caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços.” (020090-0200/19-0 - EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL, INSPEÇÃO ESPECIAL 2019)

Veja-se que referido precedente é adequado a todos os questionamentos da presente impugnação ao Edital.

Desta forma, pugna-se pela retificação do Edital com vistas a exigir-se alternativamente índices, capital social mínimo, patrimônio líquido mínimo ou garantias que assegurem o adimplemento do contrato a ser celebrado e não de forma cumulativa.

III.III – Exigência de índices financeiros sem justificativa técnica

A licitação em seu Item 7.1.3.b traz os documentos necessários para a qualificação econômica-financeira em que exige-se índice superiores aos usuais, ao exigir índices de Endividamento Total menor ou igual 0,50.

Inexistindo na documentação do certame quaisquer justificativas técnicas para os índices adotados.

Neste sentido, além do precedente do TCE-RS *supra* mencionado, há extensa jurisprudência do TCU:

É vedada a exigência, para fins de qualificação econômico-financeira, de índice de endividamento geral menor ou igual a 0,50, sem justificativa no processo administrativo da licitação, por afronta ao disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/1993.

Acórdão 5890/2021-Segunda Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Índice contábil

Outros indexadores: Índice de endividamento, Limite máximo

É irregular a utilização de índices contábeis de liquidez geral (ILG) maior ou igual a 1,4 e corrente (ILC) menor ou inferior a 0,5.

Acórdão 5372/2012-Segunda Câmara | Relator: AROLDO CEDRAZ

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Índice contábil

Outros indexadores: Índice de liquidez, Limite mínimo

É obrigatório justificar, no processo licitatório, os índices contábeis e valores utilizados na avaliação da qualificação econômico-financeira dos proponentes.

Acórdão 6130/2012-Segunda Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Índice contábil

Outros indexadores: Exigência, Justificativa

A exigência de comprovação de boa situação financeira mediante a apresentação de índices contábeis demanda a devida fundamentação quanto ao índice e aos valores estabelecidos como referência.

Acórdão 5026/2010-Segunda Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Índice contábil

Outros indexadores: Exigência, Justificativa

SÚMULA TCU 289: A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade.

Acórdão 354/2016-Plenário | Súmula 289 | Relator: JOSÉ MUCIO MONTEIRO

ÁREA: Licitação | TEMA: Qualificação econômico-financeira | SUBTEMA: Índice contábil

Outros indexadores: Exigência, Súmula, Justificativa

Publicado:

- Informativo de Licitações e Contratos nº 275 de 15/03/2016
- Boletim de Jurisprudência nº 115 de 14/03/2016

Como se vê tais índices devem ser tecnicamente justificados no processo licitatório, o que não ocorrera.

Ainda, tendo em vista a utilização do Acórdão 2338/2006-Plenário TCU pelo TCE-RS, veja-se seu *ratio decidendi*:

34. *Em relação à ausência de fundamentação para índices econômicos-financeiros mínimos ou máximos exigidos no edital, o responsável afirma que essas exigências permitiram a participação de um maior número de licitantes e que há duas técnicas de comparação previstas - entre empresas e de série temporal. A primeira envolve comparações de índices calculados num determinado período entre empresas ou utilizando-se os índices médios do respectivo segmento industrial. As comparações de série temporal consistem na avaliação de desempenho corrente face a um outro momento de sua atividade. Afirma que a segunda técnica é mais útil para fins de controle interno, sendo de uso indispensável quando houver dificuldade de comparação de empresas. Assevera que foi utilizado mecanismo científico para viabilizar a comparação do desempenho entre as empresas licitantes.*

35. *Não consta em nenhum dos documentos apresentados comprovação de que alguma técnica para fundamentar os índices exigidos foi utilizada. Os índices são exigidos no edital e não há nenhum documento que os fundamente. Quando questionada, em diligência, a CODEBA apenas respondeu que procurou ser mais exigente, dar maior segurança ao contrato, dado o elevado valor envolvido (fl. 209, volume 1).*

36. *A publicação desta Corte intitulada Licitações e Contratos - Orientações Básicas - em sua página 87 ensina: 'Não podem ser exigidos índices e valores que não são usualmente adotados para avaliação da boa situação financeira de empresas. Os índices exigidos devem estar justificados no processo relativo à licitação'. Por essa razão, entende-se que as justificativas em relação ao item 9.4.7 do Acórdão 1379/2006-TCU-Plenário não podem ser acolhidas.*

Por fim, veja-se que mesmo que adotado índices inferiores aos escolhidos no certame deve ser fundamentados, veja-se decisão do TCE-RS:

*O Edital **estabeleceu como prova de qualificação econômico-financeira os índices de liquidez instantânea, liquidez corrente e liquidez geral iguais ou***

superiores a 1,0, bem como o índice de endividamento menor ou igual a 0,50.

O artigo 31, parágrafo 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993, ao versar sobre a documentação relativa à qualificação econômico-financeira, veda “a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”.

A jurisprudência majoritária considera como correta a adoção, por parte da Administração Pública, de índices de liquidez corrente e liquidez geral entre 1,0 e 1,5 para avaliação da real situação financeira das empresas. Contudo, apesar de esses índices serem os usualmente adotados, eles devem estar tecnicamente fundamentados no processo licitatório.

Nesse sentido, citam-se os Acórdãos 2.088/04-P e 2.338/06-P do Tribunal de Contas da União. Portanto, mais uma vez a ausência do estudo técnico trouxe prejuízos para a licitação, diante da inexistência de estudo justificando os índices contábeis mínimos adotados, em afronta ao artigo 31, parágrafo 5º, da Lei Federal nº 8.666/1993 (fls. 16 e 17)

(TCE-RS, Processo: 004851-0200/15-4, Relator(a): Marco Peixoto, PRIMEIRA CÂMARA, Julgado em 02/11/2015, Publicado em 23/11/2015, Boletim 1610/2015)

Portanto, requer a adequada fundamentação técnica que corrobore a adoção dos índices escolhidos pela municipalidade, eventualmente a redução dos mesmos ou alternativamente, diante da completa ausência de justificativa técnica que sejam extirpados.

Desta forma resta suficientemente fundamentada as ilegalidades e violações legais no presente edital, que devem ser saneadas e retificadas.

III.IV – CONCLUSÃO

Como se vê o edital, fez consignar exigência que além de não constar na forma descrita na lei prestam unicamente para frustrar a ampla competitividade e os princípios disto decorrentes, na medida em que exige documentação em desconformidade do que estabelece a lei.

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Para Marçal Justen Filho, na obra Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, **não se pode ignorar a determinação constitucional de que as exigências deverão ser as mínimas possíveis.** É claro que outras exigências poderão ser validamente efetivadas, mas não poderão ultrapassar o limite da necessidade.

Não cabe à Administração ir além do mínimo necessário à garantia do interesse público, pois qualquer exigência desproporcional ao conteúdo da contratação caracterizará meio indireto de restrição à participação no procedimento licitatório. Logo, não se validam exigências que, ultrapassando o mínimo, destinam-se a manter a Administração em situação “confortável”. A CF/88 proibiu essa alternativa.

E segue o autor. Logo, **toda vez que for questionada acerca da inadequação ou excessividade das exigências, a Administração terá que comprovar que adotou o mínimo possível.**

Se não for possível comprovar que a dimensão adotada envolvida esse mínimo, a Constituição terá sido violada.

Há uma restrição ilegal, excessiva e sem qualquer razão. Qualquer requisito que, direta ou indiretamente, restrinja ampla participação é ilegal e passível de ser invalidado. A administração tem o poder dever de rever e revisar os seus atos eivados de ilegalidade, neste sentido, tem o dever de retificar o edital para de ele escoimar o vício que o macula.

Embora o edital faça lei entre as partes, este deve ater-se aos princípios norteadores das licitações constantes do artigo 3º da Lei de Licitações, a ver: *"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."*

Se a administração pode, com maior ou menor severidade, **fixar as exigências quando da seleção, estas não poderão afrontar dispositivo legal ou inibir a competição** - objetivo de todo o processo licitatório.

Nesse sentido são os precedentes que se invocam:

"ADMINISTRATIVO – AÇÃO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – PROCEDIMENTO LICITATÓRIO – LEI Nº 8.666/93 – CLÁUSULAS RESTRITIVAS – SENTENÇA CONFIRMADA" – 1. A conduta do agente que faz constar em edital de licitação exigências não previstas ou vedadas pela Lei nº 8.666/93 viola o princípio da legalidade e constitui ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública. 2. Apelo improvido. Sentença confirmada. (TRF 1ª R. – AC 199840000045058 – PI – 4ª T. – Rel. Des. Fed. Hilton Queiroz – DJU 30.08.2005 – p. 21).

Em sistema licitatório adotado pela administração pública há de se compreender o certame como possibilitando o maior número possível de concorrentes, para que a escolha final recaia sempre na proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Não merece, em consequência, apoio o atuar administrativo que afasta concorrente por insignificantes detalhes formais e que não representam, de modo substancial, violação a qualquer regra do edital. **(trecho do acórdão proferido no MS 5631-DF, STJ - 1ª Seção, rel. Min. José Delgado, j. 13.5.98, concederam a segurança, v.u., DJU 17.8.98, p. 7)**

Reitere-se que quando da fixação dos requisitos deve a Administração observar, ainda, os princípios norteadores da própria Administração Pública.

A fixação desses requisitos e o julgamento a eles vinculado é que garantirá a observância do princípio da igualdade. A lei de licitações busca dar maior oportunidade de participação nos processos licitatórios de possíveis interessados em contratar com o poder público. Determinadas exigências frustram a competitividade. **Toda exigência devem ter uma razão para constar do edital.**

Hely Lopes Meirelles, in Direito Administrativo Brasileiro, ao lecionar sobre os princípios da licitação, ensina que: "*A igualdade entre os licitantes é princípio impeditivo da discriminação entre os licitantes do certame, que através de cláusulas que, no edital ou convite, favoreçam uns em detrimento de outros, que mediante julgamento faccioso (...) o desvio de poder, com que a administração quebra a isonomia entre os licitantes, razão pela qual o judiciário tem anulado editais e julgamentos em que se descobre a perseguição ou favoritismo administrativo.*" (São Paulo, Ed. RT)

A lei das licitações em seu artigo 3º refere que:

"Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da

proibida administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos".

Mais adiante, no artigo 3º, parágrafo 1º, de modo expresso consignou que:

" Art. 3º

§ 1º. É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;".

O edital, instrumento convocatório, por previsão legal, faz lei entre as partes. Contudo, a vinculação ao instrumento editalício deve ser entendida sempre de forma a assegurar o atendimento ao interesse público, não apenas o cumprimento de formalismo.

A rigidez formal pode impedir o atendimento ao objeto central das licitações que é o de selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, graças à maior competitividade entre os interessados.

Segundo o doutrinador Marçal Justen Filho em Comentários À Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 2004, 10 ed., p. 66:

"existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que, na fase de habilitação, não deve haver rigidez excessiva; deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase de habilitação; convém ao interesse público, que haja o maior número possível de participantes (Adilson Abreu Dallari apud Marçal Justen Filho, 204, p. 65)."

É necessário fazer a análise de que a licitação é, antes de tudo, um procedimento voltado à satisfação do interesse público.

A necessidade da busca do negócio mais vantajoso, objetivo precípua da licitação está intimamente ligado ao princípio da economicidade. Para se obter isso, a Administração deve ensejar a maior competitividade ou concorrência entre os interessados. Aliás, a finalidade do certame é propiciar à Administração a escolha da melhor e mais vantajosa das propostas, no universo do maior número possível de ofertantes.

O edital ora guerreado, no citado item, além de excessivo fere diretamente disposição da lei das licitações devendo ser assim declarado.

Assim, pelas razões acima expostas, impedir o cadastramento e a participação da impetrante no certame com base no requisito acima referido é flagrantemente ilegal.

IV – DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

Pelo exposto, **REQUER:**

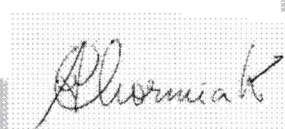
- a) O recebimento da presente **IMPUGNAÇÃO**, posto que tempestiva;
- b) No **MÉRITO** pelo **PROVIMENTO DA IMPUGNAÇÃO** pela fundamentação acima esposada, readequando-se o ato convocatório;
- c) Em caso de improcedência, desde já solicita a **REVISÃO SUPERIOR DA DECISÃO EM QUESTÃO**, nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 9.784;
- d) Requer que o julgamento do presente se dê nos termos da Lei de Introdução às Normas do Direito

Brasileiro, Decreto Lei nº 4.657, especialmente aquelas decorrentes da Lei Federal nº 13.655;

- e) Outrossim, requeremos o envio dos autos do processo digitalizados para o e-mail: engenharia@bragagnoloconstrucoes.com.br para fins de verificação das irregularidades do presente certame licitatório.

Nestes termos, pede deferimento.

De Anápolis, GO para Campo Bom, RS, 23 de agosto de 2023.



Assinado de forma digital
por ANDRE WILLIAM
CHORMIAK:00563043156
Dados: 2023.08.23
19:07:10 -03'00'

N. M. B. CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ nº. 37.406.334/0001-70

p.p. André William Chormiak, OAB/GO 61.922

Rol de documentos:

- Procuração e OAB;
- Contrato Social;
- CNPJ.



Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

2062

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Nome: N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP



RSP2100337385

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
	020	1		ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
	046	1		TRANSFORMACAO
	206	1		PROCURACAO (QUANDO INSERIDA NO PROCESSO)
	2003	1		ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ERECHIM

Local

14 Outubro 2021

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em Ordem
À decisão

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.



☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança IoZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.



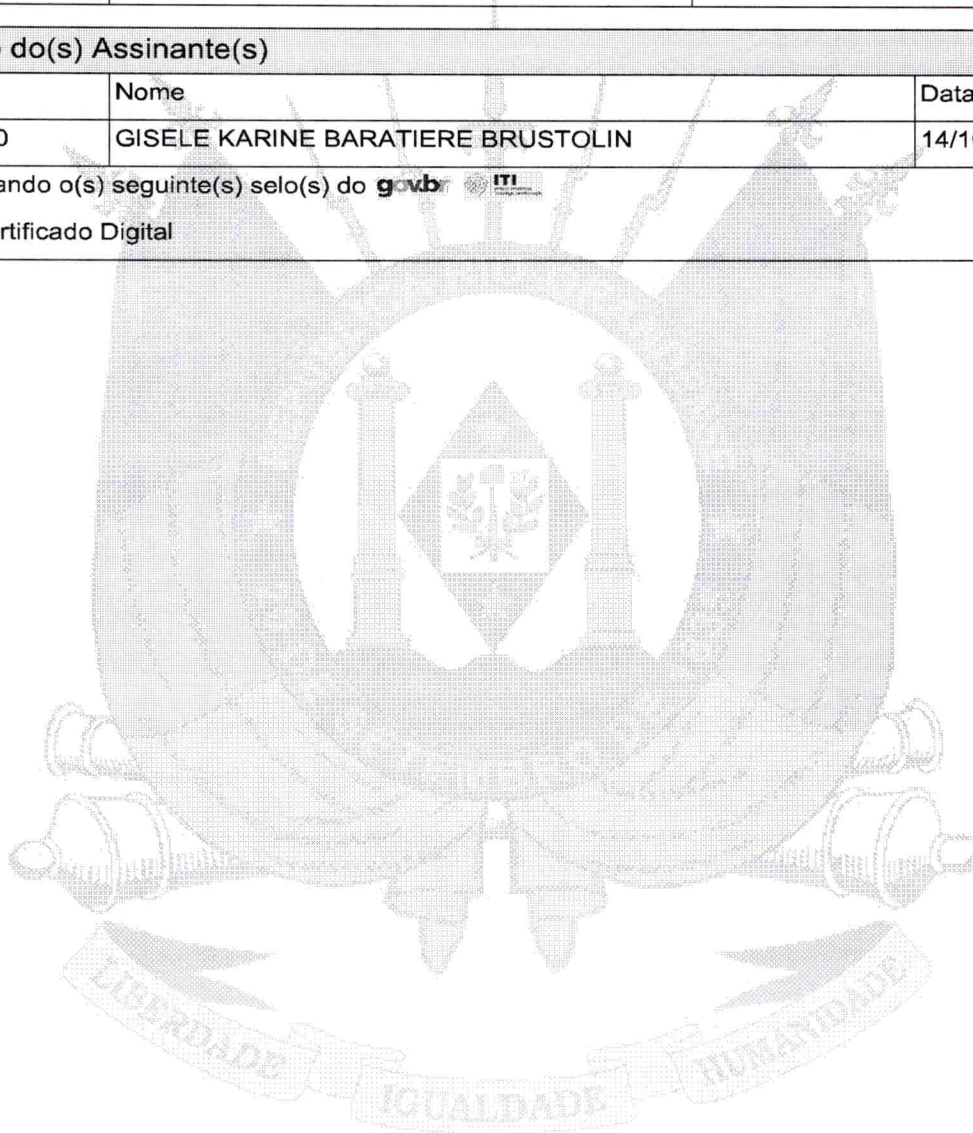
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.351-5	RSP2100337385	30/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br  		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

**1ª Alteração e Transformação de
N.M.B CONTRUCAO CIVIL EIRELI**

CNPJ/MF: 37.406.334/0001-70

NIRE: 43600550783

NOELI MARIA BRAGAGNOLO, nacionalidade BRASILEIRA, EMPRESÁRIA, Casada, regime de bens Comunhão Universal, nº do CPF 365.108.400-06, documento de identidade 3001684418, SSP, RS, com domicílio / residência a RUA ROMEU PAIVA, número 156, bairro / distrito BELAVISTA, município ERECHIM - RIO GRANDE DO SUL, CEP 99.704-040 representado(a) por PROCURADOR GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN, nacionalidade BRASILEIRA, CONTADORA, Casada, nº do CPF 996.015.670-20, documento de identidade 5076884716, SSP, RS, com domicílio e residência a RUA MARANHÃO, número 478, sala 01 térrea, bairro/distrito BELA VISTA, município ERECHIM - RIO GRANDE DO SUL, CEP 99.704-000.

Sócia componente da empresa individual de responsabilidade limitada que gira sob a denominação social de **N.M B CONTRUCAO CIVIL EIRELI**, com sede em Erechim/RS, na Rua Romeu Paiva, número 156, Bairro Bela Vista, CEP: 99704-040, inscrita no CNPJ (MF) sob n.º 37.406.334/0001-70, e na MM. Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob NIRE n.º 4360055078-3, resolve alterar a Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI em Sociedade Limitada Unipessoal (SLU) mediante as seguintes cláusulas:

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Cláusula Primeira – A sócia resolve alterar a denominação social que passa a ser: **N.M.B CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.**

Parágrafo Único: A empresa tem como nome fantasia N.M.B CONTRUCAO CIVIL.

Cláusula Segunda - O objeto será SERVIÇO DE ENGENHARIA, CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, SERVIÇO DE CARTOGRAFIA TOPOGRAFIA E GEODÉSIA, INCORPORAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, OBRAS DE TERREPLANAGEM, ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS, PERFURAÇÕES E SONDAGENS, PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO E TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANÇAS INTERMUNICIPAL INTERESTADUAL E INTERNACIONAL.

Cláusula Terceira - A sede da empresa é na RUA ROMEU PAIVA, número 156, bairro / distrito BELA VISTA, município ERECHIM - RS, CEP 99.704-040.

Cláusula Quarta - A empresa iniciou suas atividades em 09/06/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta - O capital é R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL reais), totalmente integralizado em moeda corrente do País.

Cláusula Sexta - A administração da empresa caberá ao seu titular já qualificado acima, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto.

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, proceder-se-á a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

Página 1 de 2



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança IoZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Cláusula Oitava - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Cláusula Nona - A empresa poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante ato de alteração do ato constitutivo.

Cláusula Décima Segunda - Fica eleito o foro de ERECHIM - RS para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

Erechim RS, 30 de setembro de 2021.

NOELI MARIA BRAGAGNOLO: Sócia/Administrador

Representado por: GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN





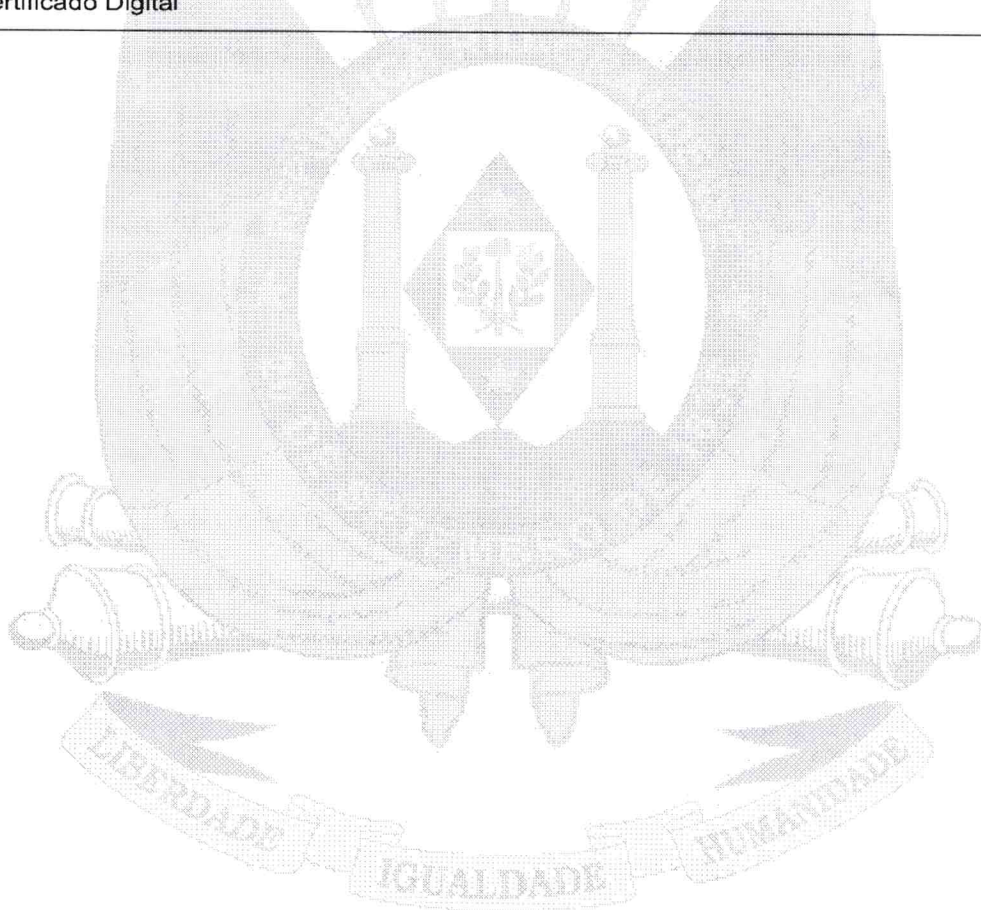
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.351-5	RSP2100337385	30/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

NOELI MARIA BRAGAGNOLO, brasileira, casada, Empresária, nascida em 09/07/1954, RG nº 3001684418, expedida pela SSP/RS, CPF nº 365.108.400-06, residente e domiciliado em ERECHIM/RS, sito a Rua Romeu Paiva, 156 – Bairro Bela Vista – CEP: 99704-040.

OUTORGADO:

GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN, Brasileira, Casada, Contadora inscrita no CRS/RS 092706, nascida em 16/08/1981, RG n.º 5076884716, (SSP/RS), CPF N.º 996.015.670-20, residente e domiciliada em Erechim/RS na Rua José Morganti 135 Ap. 303 – Bairro Fátima - CEP: 99709-224.

Por este instrumento particular, o OUTORGANTE constitui procurador o OUTORGADO, a quem confere poderes específicos para: PROCEDER TODOS OS TIPOS DE ALTERAÇÃO EM EMPRESÁRIO INDIVIDUAL, SOCIEDADE LIMITADA E EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA TAIS COMO, INGRESSAR, ADMITIR E RETIRAR SÓCIO(S), TITULAR DE EIRELI, SUBSCREVER E INTEGRALIZAR CAPITAL SOCIAL, NOMEAR ADMINISTRADOR SÓCIO OU NÃO SÓCIO, CEDER, ADQUIRIR, COMPRAR, VENDER E TRANSFERIR QUOTAS SOCIAIS A TÍTULO GRATUITO OU ONEROSO PARA SI (SE FOR O CASO) OU PARA TERCEIROS, DAR QUITAÇÃO, ALTERAR TITULARIDADE DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, AUMENTAR CAPITAL SOCIAL, INTEGRALIZAR QUALQUER TIPO DE BEM MÓVEL OU IMÓVEL, REDUZIR CAPITAL SOCIAL, ALTERAR OBJETO SOCIAL, ALTERAR ENDEREÇO DE EMPRESA, PROCEDER ABERTURA, ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DE FILIAL, ALTERAR NOME EMPRESARIAL, REATIVAR EMPRESA, CONSOLIDAR CONTRATO SOCIAL E ATO CONSTITUTIVO DE EIRELI, DECLARAR PARA FINS DE DESIMPEDIMENTO PARA EXERCÍCIO DA ADMINISTRAÇÃO CONFORME ART. 1.011, § 1º CC/2002 E ENQUADRAMENTO DE PORTE DE MICRO OU PEQUENA EMPRESA, DECLARAR QUE NÃO PARTICIPA DE OUTRA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, TRANSFORMAÇÃO DE NATUREZA JURÍDICA, LIQUIDAR E EXTINGUIR EMPRESA, PRESTAR COMPROMISSO DE GUARDA DE LIVROS E DOCUMENTOS, INDICAR RESPONSÁVEL PELO ATIVO E PASSIVO PORVENTURA REMANESCENTES, DECLARAR, CONVERTER SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM SOCIEDADE CIVIL, PROMOVER CISÃO, INCORPORAÇÃO E FUSÃO, RERRATIFICAR, ASSINAR OUTORGA CONJUGAL, REPRESENTAR *em atas e deliberações*

- O instrumento de procuração não poderá ter data posterior ao ato.

- O Reconhecimento da firma do representante legal da Outorgante junto ao Tabelionato de Notas será somente **por autenticidade.**

- Para a prática de tais atos, o Outorgado deverá assinar digitalmente a documentação, com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

de EMPRESAS e SOCIEDADES de que seja sócio, BEM COMO ASSINAR FÍSICA OU DIGITALMENTE POR MEIO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL OS RESPECTIVOS ATOS E OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À EFETIVAÇÃO DO ATO A SER APRESENTADO A ARQUIVAMENTO NA JUNTA COMERCIAL INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL, assinar livros e arquivamento de livros na Junta Comercial, Industrial e de Serviços do Rio grande do Sul, representá-lo, perante a JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL.)

Erechim/RS, 24 de AGOSTO de 2020.


NOELI MARIA BRAGAGNOLO

1º Tabelionato de Notas
Bel. Daniela Mara Poncio | Tabeliã

Av. Presidente Vargas, 274 | Centro | Erechim | RS
Fone: (54) 3015-1221 • primeirotabelionato@erechim.com.br

Reconheço a AUTENTICIDADE da firma de: **Noeli Maria Bragagnolo** - indicada com a seta de uso deste tabelionato.

EM TESTEMUNHO DA VERDADE. (37208-4404489)
Erechim, 25 de agosto de 2020
Emol: R\$ 5,00 + Selo digital: R\$ 1,40 = R\$ 6,40 Selo:
0180-04-1900002.68975 [E85]

Maira Blazi Sellvon
Escrevente Autorizada

- O instrumento de procuração não poderá ter data posterior ao ato.
- O Reconhecimento da firma do representante legal da Outorgante junto ao Tabelionato de Notas será somente **por autenticidade.**
- Para a prática de tais atos, o Outorgado deverá assinar digitalmente a documentação, com certificado digital, de segurança mínima tipo A3, emitido por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil.





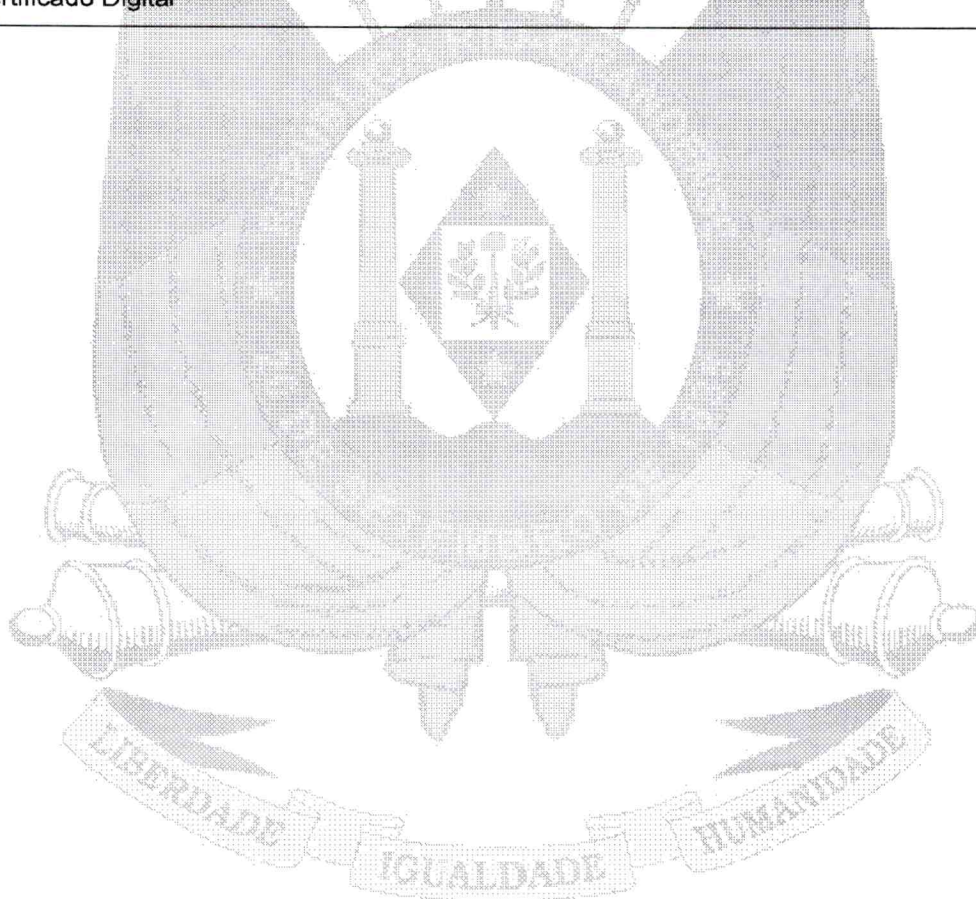
JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
21/341.351-5	RSP2100337385	30/09/2021

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br 		
Selo Ouro - Certificado Digital		



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXO(S)
REGISTRO DIGITAL**

Eu, GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN, BRASILEIRA, CASADO, CONTADORA, DATA DE NASCIMENTO 16/08/1981, RG Nº 5076884716 SSP-RS, CPF 996.015.670-20, RUA MARANHÃO, Nº 478, SALA 01 TERREA, BAIRRO BELA VISTA, CEP 99704-000, ERECHIM - RS, DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, que os documentos apresentados digitalizados ao presente protocolo de registro digital na Junta Comercial, sem possibilidade de validação digital, SÃO VERDADEIROS E CONFEREM COM OS RESPECTIVOS ORIGINAIS.

Erechim, 14 de outubro de 2021.

GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN

Assinado digitalmente por certificação A3



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.



Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, de CNPJ 37.406.334/0001-70 e protocolado sob o número 21/341.351-5 em 30/09/2021, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 43209186971, em 14/10/2021. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Fabiane Stefani Fetter.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves. Para sua validação, deverá ser acessado o site eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Anexo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Declaração Documento(s) Anexo(s)

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
996.015.670-20	GISELE KARINE BARATIERE BRUSTOLIN	14/10/2021
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br		
Selo Ouro - Certificado Digital		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 30/09/2021



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucisrs](https://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/Portal/pages/validacao) informando o número do protocolo 21/341.351-5.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral.

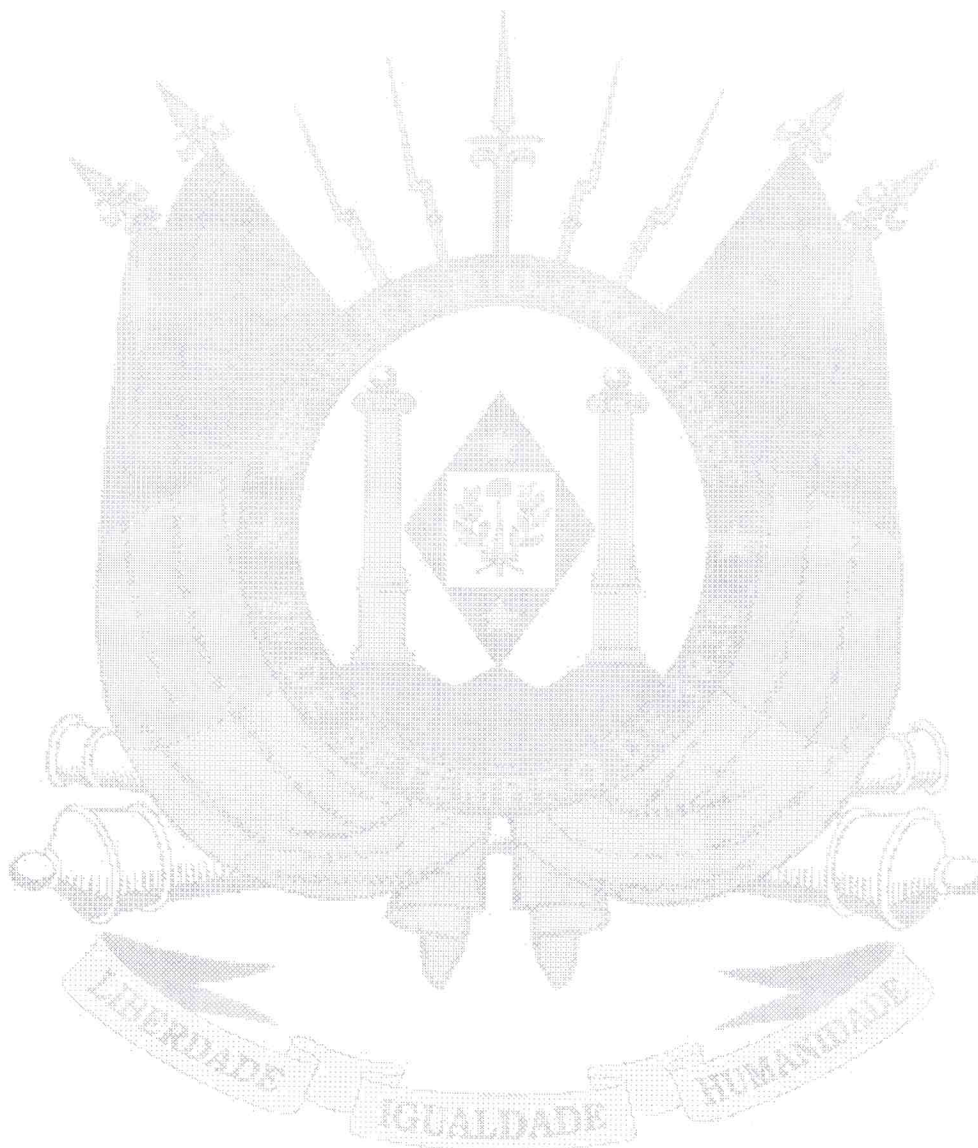


Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado do Rio Grande Do Sul
Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Fabiane Stefani Fetter, Servidor(a) Público(a), em 14/10/2021, às 15:32.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisrs informando o número do protocolo 21/341.351-5.



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.

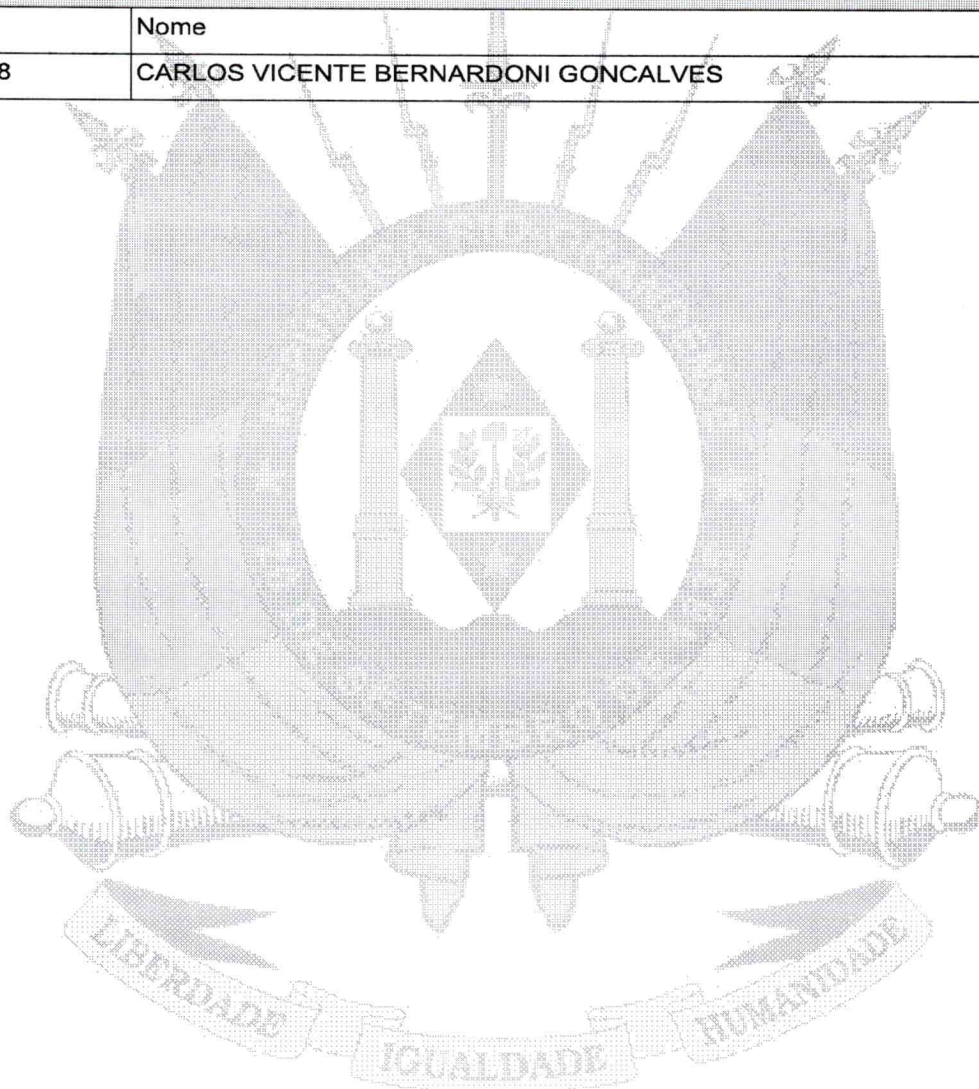


JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
193.107.810-68	CARLOS VICENTE BERNARDONI GONCALVES

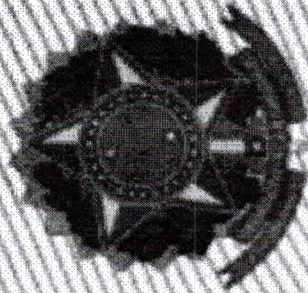


Porto Alegre. quinta-feira, 14 de outubro de 2021



Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul

Certifico registro sob o nº 43209186971 em 14/10/2021 da Empresa N.M.B CONSTRUCAO CIVIL LTDA, CNPJ 37406334000170 e protocolo 213413515 - 30/09/2021. Autenticação: 43741FFBE92ACF6C8FA897B350E4BBF1655BA5. Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse <http://jucisrs.rs.gov.br/validacao> e informe nº do protocolo 21/341.351-5 e o código de segurança loZd. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/10/2021 por Carlos Vicente Bernardoni Gonçalves – Secretário-Geral.



ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE GOIÁS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

NOME

ANDRÉ WILLIAM CHORMIAK

FILIAÇÃO

JOÃO ANTÔNIO SERPA CHORMIAK
MARGARETHA BORG CHORMIAK

INSCRIÇÃO

61922

NATURALIDADE

CASTRO - PR

RG

1562474-9 - SSP/MT

DATA DE NASCIMENTO

14/01/1988

CPF

005.630.431-56

EXPEDIDO EM

09/02/2022

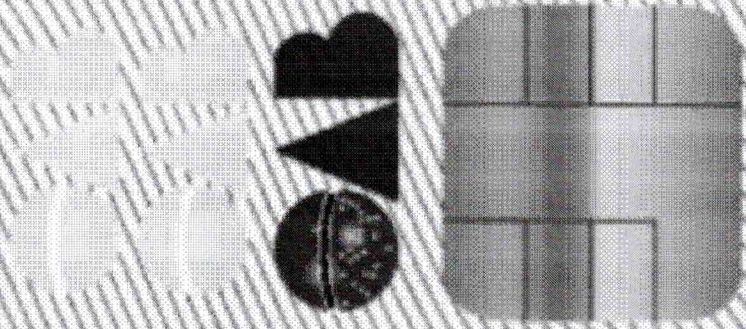
RAFAEL LARA MARTINS
PRESIDENTE



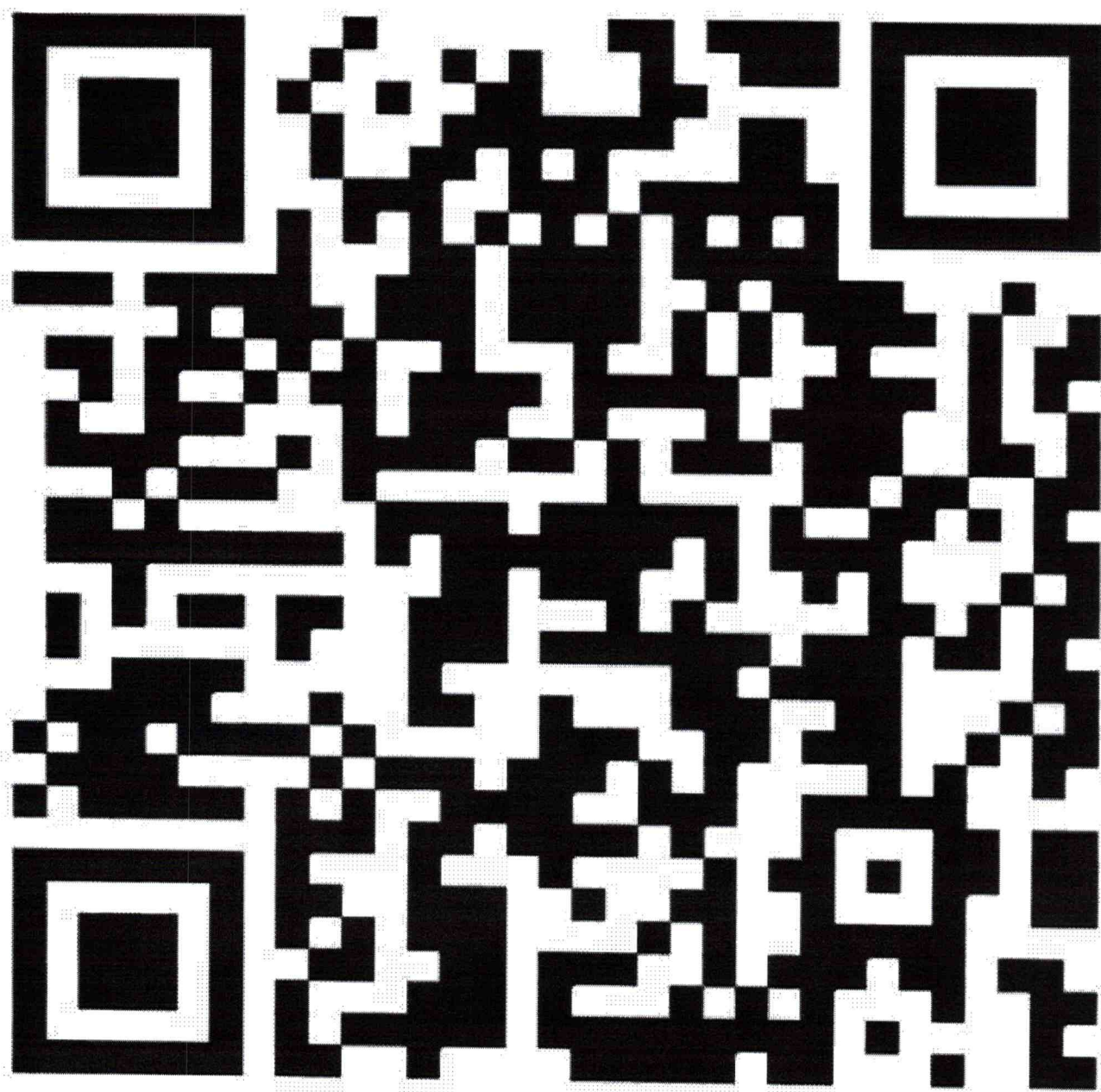
USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)

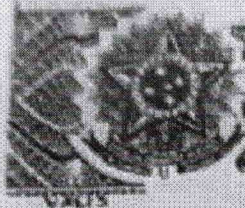
TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

08462842

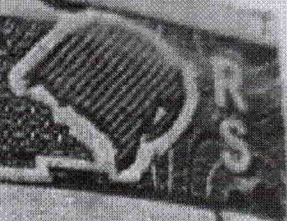


ASSINATURA DO PORTADOR





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2112106664

NOME
NOELI MARIA BRAGAGNOLO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
3001684418 SSP/PC RS

CPF
365.108.400-06

DATA NASCIMENTO
09/07/1954

FILIAÇÃO
JOAO BATISTA PIZZATTO

ROSALIA PIZZATTO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

B

Nº REGISTRO
00043977003

VALIDADE
18/08/2023

1ª HABILITAÇÃO
22/06/1978

OBSERVAÇÕES

LOCAL
ERECHIM, RS

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO
19/08/2020

ENIO SACCI
Diretor-Geral

ASSINATURA DO EMISSOR

50018011817
RS236503367

PROIBIDO PLASTIFICAR

2112106664

RIO GRANDE DO SUL